

Da somática do corpo ao corpo escolarizado: por um diálogo revisitado entre diversidade e sexualidade

From the somatic of the body to the schooled body: for a revisited dialogue between diversity and sexuality

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima*
Sérgio Rodrigo de Souza**

Resumo: Neste artigo, busca-se refletir sobre discurso, escola e diversidade, observando como a sexualidade é compreendida a partir da análise de uma capa da revista *Nova Escola*, publicada em fevereiro de 2015, com a indagação: *Vamos falar sobre ele?* O enunciado, ilustrado pela imagem de um menino vestido de princesa, quebrou mais um silêncio e convocou a esfera escolar a discutir as identidades que nela transitam. Dessarte, é uma reflexão à luz da Análise do Discurso francesa e dos conceitos situados em seu escopo interdisciplinar, remissivos aos sentidos que definem a sexualidade e as identidades de gênero. Com abordagem qualitativa de análise documental, este estudo se propõe a entender como as diferenças que definiram o corpo sexuado ressignificam-se e interpelam uma pedagogia da sexualidade historicamente imposta aos sujeitos.

Palavras-chave: Discurso. Escola. Diversidade. Sexualidade.

Abstract: In this article, we seek to reflect on discourse, school and diversity, observing how sexuality is understood from the analysis of a cover of the magazine *Nova Escola*, published in February 2015, with the question: *Shall we talk about it?* The statement, illustrated by the image of a boy dressed as a princess, broke another silence and called on the school sphere to discuss the identities that pass through it. Thus, it is a reflection in the light of the French Discourse Analysis and of the concepts located in its interdisciplinary scope, referring to the meanings that define sexuality and gender identities. With a qualitative approach to documentary analysis, this study aims to understand how the differences that defined the sexed body resignify and challenge a pedagogy of sexuality historically imposed on the subjects.

Keywords: Speech. School. Diversity. Sexuality.

* Universidade Estadual de Goiás (UEG).

** Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc).

Introdução

Em respeito ao escopo democrático que deve permear o campo da Educação, embora este, vez ou outra, encontre-se na contra-mão de injunções políticas, é premente que o debate sobre sexualidade esteja em constante diálogo com as políticas de Estado e, em seu esteio, com a universidade e a pesquisa. Isso permite que se consolide o respeito a temas que, ao serem estudados, atenuem o peso das diferenças entre os sujeitos no convívio social. Imbuído dessa finalidade, este artigo objetiva refletir sobre algumas questões que estão na pauta do discurso midiático e de temas relacionados à Educação.

Embora na sociedade pós-moderna a sexualidade tenha certa centralidade nos discursos, no âmbito escolar esta temática é carregada de interditos. Barthes (1993, p. 178), ao observar que “na exata medida de nossa alienação não conseguimos ultrapassar uma apreensão instável do real”, sinaliza que problematizar um objeto de estudo pode ser insuficiente para desmistificá-lo em sua totalidade. Certamente, este é um desafio carregado de pesos ideológicos e convoca o pesquisador a estar sempre tentando alcançar “uma reconciliação entre o real e os homens, a descrição e a explicação, o objeto e o saber” (BARTHES, 1993, p. 178). Historicamente, a escola exerce um poder sobre o que é permitido se falar ou não, e a sexualidade entra em cena com ressalvas, como um objeto de discurso ainda mistificado pelos enunciados que lhe dão visibilidade. A revista *Nova Escola*,¹ publicada em fevereiro de 2015, ao enunciar em sua capa um menino vestido de princesa e ao convocar seus leitores a falarem sobre ele, quebrou um silêncio e possibilitou interpretações diversas, como uma possibilidade de este tema estar deixando de ser um tabu para a Educação.

¹ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1451/capa-de-nova-escola-sobre-genero-tem-repercussao-recorde>. Acesso em: 18 fev. 2019.

Releve-se que o gênero discursivo capa de revista, por ser midiático, tem considerável visibilidade e alcance de um público leitor. Em vista disso, o postulado teórico da Análise do Discurso francesa orienta o presente texto, a fim de que se observem as diferenças que marcam a sexualidade e que tomam voz nos enunciados atuais, principalmente no campo midiático, que interpelam e convocam reflexões sobre temas inadiáveis a educadores em geral. A escola, espaço de formação da cidadania, marca-se pela fluidez de suas diferenças, sejam elas raciais, sociais, políticas, econômicas, religiosas, sexuais etc., que ultrapassam os limites de seus muros.

Todavia, é na escola que a igualdade de direitos muitas vezes é violada, mascarada por gestões equivocadas e estigmatizadas por discursos tendenciosos, muitas vezes de cunho religioso ou sexista. Segundo Sohn (2008, p. 132), a liberdade do corpo e da sexualidade passa pela liberação da palavra e dos gestos, pois “durante séculos a sexualidade foi mantida sob o silêncio ou despachada para o registro de coisas ‘sujas’ e pecaminosas”. Liberar o corpo passaria pela transgressão da moral conjugal e pela suspensão de tabus sedimentados e resistentes, especialmente, nas instituições que buscam manter a disciplina e as coerções normalizadas em um passado deveras retomado.

Ao longo da vida escolar, o sujeito busca se sentir cidadão de direitos e deveres, almeja ter direitos iguais na coletividade de que faz parte e ser tratado de modo isonômico entre seus pares. Isso quer dizer que os instrumentos simbólicos das normas que regem a sociedade são convocados a possibilitar um tratamento igualitário entre os sujeitos. Não obstante, quando se discute a sexualidade, a conversa muda de tom, pois se reconhece que várias instâncias sociais, como a mídia, a Igreja, as leis e, sobretudo, a escola (re)produzem pedagogias

da sexualidade no cotidiano dos sujeitos, que vivenciam de perto as permissões e as interdições de seus comportamentos.

É uma vasta problemática que se estende ao campo midiático, jurídico, político, entre outros. Por isso, este trabalho é apenas um fragmento de uma discussão que lança sua voz e ancora-se na seguinte indagação: Ao apresentar em sua capa um garoto fantasiado de princesa e ao convocar seus leitores a falarem sobre ele, a revista *Nova Escola* instiga professores e educadores a ressignificarem certas posturas sobre o tema da sexualidade na escola? Tal questionamento sugere somente uma reflexão sobre o funcionamento dos discursos que regem as práticas sociais cotidianas.

Em 4 de maio de 2011, houve o reconhecimento, por parte do Supremo Tribunal Federal do Brasil, da união homoafetiva e, em 2013, uma resolução do Conselho Nacional de Justiça proibiu os cartórios de recusarem o registro de casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo. Nestes casos, o discurso jurídico instituiu novas práticas sociais, fundamentadas no cotidiano dos sujeitos, o que propiciou uma mudança, ainda que tênue, no olhar discriminatório da sociedade sobre os sujeitos e seus comportamentos. Com isso, o debate em sala de aula sobre os sentidos de família, pautado nas questões de gênero e de heterossexualidade, pode resultar em novas direções, em outras teias discursivas, como a que se encontra na revista *Nova Escola*.

Sujeito e escola: relevos de uma ordem discursiva

A escola é parte protagonista da constituição dos sujeitos e um dos espaços mais significativos ao seu posicionamento social. É na escola que o sujeito é convocado pela alteridade do coletivo. Na perspectiva da Análise do Discurso francesa, o sujeito é um ser social, apreendido em seu espaço histórico e ideologicamente marcado, constituído por diferentes vozes sociais. Na escola, ele é avaliado não

apenas intelectualmente, mas é também objeto de leitura e avaliação por parte do outro, é identificado pelo seu comportamento, pela interação que estabelece com o todo e pelas posturas que disciplinam seu corpo e sua aparência.

Ao refletir sobre o corpo do sujeito escolarizado, Louro (2001, p. 21-22) assinala que o corpo disciplinado pela escola “é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas”. O sujeito é instado a se envolver em uma ordem escolar que, amparada por uma memória de discursos institucionalizados, convoca-lhe uma postura, um modo de estar e de agir, um lugar de existência segundo parâmetros, forçosamente, necessários.

É no resgate de práticas de discursos que os significados do corpo se arvoram neste estudo e, por ser o corpo um lugar de história, ele também se torna discurso. O corpo tem seu lugar na escola, é condição de postura, de comedimento, com isso tem uma função. Não há espaço na instituição escolar para um corpo que não esteja em sua perspectiva, em seus parâmetros. É preciso seguir o roteiro, sair do *script* requer atenção, a escola é para sujeitos que atendem às suas expectativas. A escola tem a relevante função de formar cidadãos e, nesta finalidade, residem regras, condições, modelos, muitas vezes apresentados em um currículo engessado e determinante.

Discursos como os relacionados à sexualidade aparecem, ainda que raramente, nos espaços escolares, mas instituídos em uma dada ordem discursiva. Segundo Foucault (2010, p. 36-37), não se trata de dominar os poderes que esses espaços têm, “trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo

mundo tenha acesso a eles”. Na instituição escolar não faltam regras, historicamente, estas pertencem à ordem dos seus discursos e de sua “constitutibilidade”.

Foucault (2010) considera a restrição de determinados discursos alojados em ambientes sociais já estabelecidos, como os que aparecem na escola, sujeitos aos aspectos culturais e sociais de sua época. Para o autor, é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem, “mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. A disciplina é um princípio de controle e produção de discurso” (FOUCAULT, 2010, p. 35-36). As regras, além de terem uma ordem histórica, são elementares à ordem institucional. Na esfera escolar, elas existem para atender às diferentes demandas que organizam os sujeitos e suas práticas na sociedade e agenciam imagens simbólicas que asseguram os sentidos do seu espaço educacional.

Atualmente, entre as interdições e permissões que interpelam os sujeitos, o tema da sexualidade ganha mais espaço. A noção de sexualidade, compreendida neste estudo, como uma construção histórica, tem sua complexidade na ordem escolar. No segundo capítulo de *História da sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault (2005), por meio de um estudo minucioso, lembra como a sexualidade foi tratada na pedagogia do século XVIII. Ele fala sobre um discurso interno da instituição, regulamentado pelos seus espaços e pelas disciplinas e acrescenta que

[...] seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas de discursos neste tema (sexualidade), estabeleceu pontos de implantação diferentes, codificou e qualificou os locutores (FOUCAULT, 2005, p. 31-32).

A busca por silenciar a sexualidade nas instituições de ensino do século XVIII fez com que este tema fosse ainda mais discutido e trazido à luz dos assuntos importantes para a época, afastando assim seu poder repressor. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também afrouxam seus laços e dão margem à tolerância mais ou menos obscura (FOUCAULT, 2005, p. 96). Ao longo do tempo, a escola tem se preocupado com assuntos ligados à sexualidade, conduzindo-os por parâmetros que regulamentam e vigiam sua aparição e sua obscuridade. É um tema insistentemente tratado com ponderações.

Sobre a homossexualidade, percebe-se que ainda há uma busca, por parte da escola, pelo silenciamento do aluno que se assume homossexual. Há aqueles que silenciam sua voz, por serem alvos de críticas em relação à sua orientação sexual e por sofrerem constantemente com a prática do *bullying*. O que se pode notar é que a escola ainda não está preparada para este tipo de “confronto”. Geralmente, é na escola que os homossexuais vão conhecer o peso da discriminação e dos traumas relacionadas à sua sexualidade. Comumente, se ouvem deles testemunhos sobre o que sofreram nesse ambiente institucional e que os fizeram desistir de estudar. Impõe-se-lhes um silenciamento que oprime sua permanência na sala de aula e torna a escola um não lugar para eles.

Contrariando esse estado de coisas, há um investimento sobre a sexualidade que tenta desfazer um silenciamento histórico que, por muito tempo, a obscureceu em diferentes instâncias sociais, entre assentimentos e interdições. Atualmente, as mídias digitais, televisivas e da imprensa, entre outras, se apropriam consideravelmente deste tema, buscando politizá-lo e problematizá-lo. São entrevistas com pessoas que mudaram de sexo, reportagens, novelas, documentários

sobre casais homossexuais que se casaram, que adotaram filhos, sobre denúncias contra o crime da homofobia, nos mais diferentes lugares, que constituem vozes militantes sobre essas práticas que, até onde se tem registros, sempre existiram na sociedade.

A revista brasileira *Glamour*,² de julho de 2017, veiculou uma reportagem sobre as novas identidades de gênero, intitulada: *Ele, ela, eu: conheça as vozes poderosas da geração sem gênero*. Nesta edição, destaca-se que novas identidades de gênero estão mudando a cara e o comportamento de milhares de jovens, e complementa sua proposta com o seguinte enunciado “Conheça alguns dos heróis que defendem identidades sem rótulos, limites biológicos e preferências sexuais”. Pela escolha do termo “heróis”, em parágrafo inicial, se percebe que tudo o que se diz em seguida é produto de uma luta, em que há “heróis”. O conteúdo da reportagem apresentou um breve glossário sobre “Gênero”, com as seguintes designações:

AGÊNERO: Quem não se identifica com nenhum gênero.

BINÁRIO: Crença ou característica de quem possui como perspectiva de gênero a divisão obrigatória entre masculino e feminino (homem e mulher). Uma mulher cis é binária, assim como uma trans.

CISGÊNERO: Quem corresponde ao gênero atribuído ao nascimento: quem nasce com vagina, foi designada mulher e, no desenvolvimento da identidade, se identifica com o sexo feminino.

DRAG: Expressão de gênero artística e temporária. Um artista que usa roupas associadas ao gênero feminino é *Drag Queen* e quem usa elementos do masculino é *Drag King*.

EXPRESSÃO DE GÊNERO: O modo como cada pessoa se apresenta ao mundo. Inclui aqui tudo o que é construído como sendo de um gênero ou de outro, como as roupas, o linguajar, o estilo e o comportamento.

GÊNERO FLUIDO: Pessoa que flui pelos gêneros e, por isso, não se identifica unicamente com o masculino, feminino ou com o neutro.

² BEZERRA, F. Ele, ela, eu. *Glamour*, n. 64, São Paulo, julho 2017, p. 46-51, Edições Globo Condé Nast. 2017.

Durante a vida, ou no mesmo dia, pode combinar elementos dos gêneros ou transitar entre eles.

IDENTIDADE DE GÊNERO: Diz respeito à experiência interna e individual do gênero, profundamente sentida por cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo, que pode envolver modificação da aparência ou funções corporais.

INTERSEXO: Condição anatômica (pelos elementos reprodutivos, genitais, genéticos ou hormonais) de quem não se encaixa nas definições médicas de feminino e masculino. Anteriormente, era chamado de hermafroditismo.

NÃO BINÁRIO: Pessoa que não se identifica com os polos binários de masculino e feminino. É o não querer uma definição de gênero e, muitas vezes, sentir-se meio a meio.

ORIENTAÇÃO SEXUAL: Capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, igual ou de mais de um gênero.

PRÁTICA SEXUAL: Como a pessoa vai realizar sua orientação sexual. Se ela é homossexual, por exemplo, sua prática sexual será com uma pessoa do mesmo gênero.

QUEER: Originalmente, uma ofensa em inglês, é um termo adotado pelas pessoas LGBTQ+ nos EUA como forma de visibilidade a qualquer comportamento fora das normas de gênero. No Brasil, é usado como uma postura e como um campo de estudos de quem passa a reivindicar o lugar do estranho. É como quem diz: “Sou diferente e gosto de ser”.

TRANSEXUAL: Pessoa com identidade de gênero discordante da atribuída ao nascimento e que realiza uma transição (hormonal ou cirúrgica) para o modo como se reconhece.

TRANSGÊNERO: Qualquer pessoa que não corresponde ao gênero designado no nascimento. Exemplo: uma pessoa que nasceu com vagina e reivindica a masculinidade do seu corpo é um homem trans.

TRAVESTI: É uma identidade brasileira de quem foi designada do gênero masculino e objetiva a construção do feminino; algumas se veem como um terceiro gênero. Estão conectadas no imaginário social à prostituição, à rua e à marginalidade.

Esse glossário traz à atenção noções produzidas por novas práticas sociais de comportamento, o que dá a ideia de não permanência, de fluidez das identidades. Scott (2010, p. 18), ao discutir o termo *Gênero*, enquanto categoria de análise histórica, assinala que “precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária; precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual”. É um termo que, segundo a autora, comporta um elenco de posições teóricas remissivas às relações entre os sexos. Para Saffioti (2004, p. 107), Simone de Beauvoir foi a precursora do conceito de gênero, pois lutou contra o essencialismo biológico – assegurado por Freud (1976, p. 222), em sua conhecida asserção de que “a anatomia é o destino” –, e enveredou pela ação da sociedade na transformação do bebê em mulher ou em homem.

As classificações da *Glamour* inscrevem rótulos a sujeitos que carecem de integração à sociedade e estabelecem critérios de existência a “novas” práticas da atualidade, que devem dialogar com a Escola. É necessária a aceitação respeitosa e civilizada entre os sujeitos escolares que se veem em designações com as quais se identificam. Neste sentido, a Escola tem papel crucial para construir esse processo, para forjar, em linhas convenientemente formais, a convivência obsequiosa entre novas e velhas identidades de gênero no campo educacional, para que se respeite o direito às diferenças.

A busca pelo direito ao civismo dos homossexuais no Brasil foi reputada pelo discurso do relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto, e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, que discute a equiparação da união estável entre pessoas do mesmo sexo à entidade familiar. Na sessão plenária do dia 4 de maio de 2011, o ministro considerou que o art. 1.723 do Código Civil³ deve

³ Conferir texto do Código Civil - Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002 , art. 1.723,

ser interpretado, conforme a Constituição, para dele se excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo, união homoafetiva, como “entidade familiar”, entendida esta como sinônimo perfeito de família, dando origem às novas configurações familiares.

Em seu discurso, Britto fala sobre a homogeneização do gênero sexual, ao longo dos tempos, e de como as palavras são carregadas de sentidos preconceituosos. Ele cita a jurista Maria Berenice Dias, em uma passagem de sua obra *União homossexual: o preconceito e a justiça*, para falar do sufixo: *-ismo*, presente no termo homossexualismo, e sobre o preconceito que engendra essa noção e seu sentido ligados aos estudos médicos, uma vez que a homossexualidade por muito tempo foi vista como um problema de saúde.

Há palavras que carregam o estigma do preconceito. Assim, o afeto à pessoa do mesmo sexo chamava-se “homossexualismo”. Reconhecida a inconveniência do sufixo “ismo”, que está ligado à doença, passou-se a falar em “homossexualidade”, que sinaliza um determinado jeito de ser. Tal mudança, no entanto, não foi suficiente para pôr fim ao repúdio social ao amor entre iguais (Homoafetividade: um novo substantivo) (DIAS *apud* BRITTO, 2011, p. 629).

Dando continuidade ao seu discurso, o Ministro Ayres Britto disserta sobre a importância de políticas públicas voltadas para o reconhecimento dos direitos civis aos homossexuais e para o pleno direito à igualdade. Ele refere-se a uma mudança imediata da Constituição, em seu art. 1.723 do Código Civil, remissiva ao sentido da palavra família, este ligado à união estável entre homem e mulher, conforme já se disse, mas agora reconhecida também entre pessoas

em que se prescreve que “é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família” (CÓDIGO CIVIL, 2002). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10613814/artigo-1723-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002>. Acesso em: 24 ago. 2019.

do mesmo sexo. O relator discorre em seu livro *Teoria da Constituição* sobre um Constitucionalismo Fraternal, como um tipo

[...] que se volta para a integração comunitária das pessoas (não exatamente para a “inclusão social”), a se viabilizar pela imperiosa adoção de políticas públicas afirmativas da fundamental igualdade civil-moral (mais do que simplesmente econômico-social) dos estratos sociais historicamente desfavorecidos e até vilipendiados. Estratos ou segmentos sociais como, por ilustração, [...], daqueles que, mais recentemente, deixaram de ser referidos como “homossexuais” para ser identificados pelo nome de “homoafetivos”. Isto de parilha com leis e políticas públicas de cerrado combate ao preconceito, a significar, em última análise, a plena aceitação e subsequente experimentação do pluralismo sócio-político-cultural (BRITTO, 2011, p. 21).⁴

O ministro produz em seu discurso uma nova história para a sociedade. Pode-se dizer que ele fabrica um marco em sua escrita, um novo objeto que é a família homoafetiva e lhe atribui sentidos que dão destaque ao contexto histórico-cultural em que emergem vozes militantes a uma possível nova ordem social. O relator define comportamentos, circunstâncias e todo um conjunto de signos que deve acompanhar o discurso e fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, ou efeito sobre aqueles aos quais se dirigem os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 2010, p. 39). Concebe-se, nesse ritual de discursos, a união homoafetiva que passa a ser caracterizada e regulamentada no devido relato. Imprime-se com isso uma nova ordem, com seu valor de coerção pressuposto em acordo com as novas práticas sociais e sua visibilidade.

⁴ Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1815466/mod_resource/content/1/Semin%C3%A1rio%2020-%20Leitura%20obrigat%C3%B3ria%201.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

***Nova Escola*, velhas práticas**

Ao longo de suas publicações, a revista *Nova Escola* abordou temas atualizados relacionados a questões comportamentais e cotidianas dos sujeitos em idade escolar, à política educacional, entre outros conteúdos que assinalam seus posicionamentos sobre a Educação. A *Nova Escola* fundamenta-se em questões referentes a práticas pedagógicas, tradicionais ou não, com as quais se correlacionou ao longo dos anos. A Escola constitui seu objeto de observação e experimentação, é também o lugar da novidade, das transformações e da inclusão. Esses, em geral, são os assuntos presentes em suas páginas e discussões. A sexualidade, especificamente, no que concerne à homossexualidade, enquanto tema gerador de matérias, pouco (ou não) apareceu, possivelmente, pelo fato de a Escola não ser considerada um lugar apropriado a tal conteúdo. Embora este sempre tenha permeado a sociedade, sua interdição discursiva é aceita por algumas instituições.

A mudança destes padrões discursivos aqui no Brasil pode ser observada, mais intensamente, com a mudança das políticas públicas e das leis que as regem. Conforme discutido, o surgimento da lei da união homoafetiva, em 2011, e a Resolução n. 175 do Conselho Nacional de Justiça, de 14 de maio de 2013, proíbem os cartórios de recusarem o registro de casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo. Certamente, seus efeitos de sentido recaíram sobre ampla divulgação nos meios midiáticos, que deram visibilidade ao tema “gênero e sexualidade”, alçando-o a discussões em várias instâncias sociais, como a mídia e, conseqüentemente, a escola.

Surge, nesse contexto de “enunciabilidade”, a seguinte capa da *Nova Escola*, veiculada em 11 de fevereiro de 2015:

Figura 1 – Capa da *Nova Escola*



Fonte: Mídia digital⁵

A capa supra-apresentada tornou-se um objeto de domínio discursivo, por meio do seu enunciado e como um gênero discursivo presta-se, de forma subalterna, ao poder representado pelas leis que a determinam e, em resposta, faz com que novos discursos apareçam. Isso permite dizer que os gêneros operam, em certos contextos, como formas de legitimação discursiva, pois se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação, além da justificativa individual (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Na capa, há um jogo de cores significativa, em um fundo azul turquesa que predomina em sua extensão e, simbolicamente, representa o masculino, contrastando as nuances rosa e lilás minimizadas pelos detalhes da fantasia de princesa que o protagonista da matéria, Romeo Clarke, usa. A imagem do menino da capa é centralizada e ocupa praticamente todo o espaço na ilustração. A chamada principal consiste na interrogação “Vamos falar sobre ele?”, e segue perguntando:

⁵ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/80/educacao-sexual-precisamos-falar-sobre-romeo>. Acesso em: 20 out. 2020.

“Como lidar com um aluno que se veste assim? Uma reflexão sobre sexualidade e gênero”. Essa sequência de perguntas dá a entender que antes não se falava sobre ele ou sobre questões que remetem às identidades de gêneros. Assim, a *Nova Escola* se propõe a lidar com essa questão, agora, amparada por lei, prática social regulamentada e institucionalmente passível de discussão.

O gênero discursivo capa de revista pode ser identificado como um acontecimento discursivo que, por suas regras de aparição, diferencia-se de qualquer outro. Essa capa interpela o leitor a refletir sobre suas condições de produção enunciativa, em seu heterogêneo diálogo com a história (LIMA, 2009). Achard (2007, p. 17), ao discutir sobre o papel da memória e a produção discursiva do sentido, observa que um texto dado trabalha através de sua circulação social, “o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única”. Entende-se que a produção da capa repousa em uma dada instabilidade, entre o esquecimento e a repetição de uma história que circunscreve o sujeito na escola.

O enunciado multissemiótico reivindica uma ruptura com certos parâmetros sociais; com seu título em letras garrafais, direciona-se ao público de educadores e professores em geral. Em seguida, observa-se a foto da criança, bem ao centro, que vê seu interlocutor, ao mesmo tempo em que é observada, com as mãos atrás de seu corpo. Ela se apresenta vestida com uma fantasia de princesa alusiva aos contos de fadas, com uma tiara na cabeça em forma de coroa, revestindo-se da possibilidade de ser uma menina. Não se trata de um uniforme escolar que a homogeneizaria entre seus pares. Sua fantasia denuncia a dinâmica instabilidade das identidades, suas cores, sua postura, suas diferenças, sua voz; e está na contramão do discurso regulador que

enfileira as carteiras, que uniformiza, desde muito cedo, o menino com bermuda ou calça comprida e a menina com saia. A capa mostra outro uniforme, antitético à conduta de uma ordem escolar.

Em seguida, assinala-se o chamado: *Vamos falar sobre ele?* O pronome pessoal *ele*, enlevado por seu valor simbólico, é usado como recurso linguístico para apresentar o sexo biológico da criança. Trata-se de um menino, um paradoxo em relação à imagem. Em letras pequenas, em proporção aos outros elementos textuais, do lado direito da imagem, são apresentados o nome e a idade da criança como algo revelador aos seus leitores. É um menino vestido de princesa, representado em uma capa de revista de circulação nacional, cujos efeitos de sentido não podem ser ignorados. Afinal, ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero “que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida” (BAKHTIN, 2003, p. 282).

De acordo com Silva (2000, p. 76), a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. “Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais”. A identidade se constrói por aquilo que a desidentifica, por aquilo que a torna diferente. Com isso, a diferença dá ancoragem à cena social da prática política dos sujeitos, constituindo uma quebra na hegemonia da concepção moderna de identidade.

Os discursos dos “diferentes”, fugidios à ordem, aderem aos arriscados estigmas das identidades de gênero e permanecem segregados. Questiona-se, então, como estão sendo construídas essas diferenças na esfera educacional à sombra de uma homossexualidade vista como anormal e doente. Há uma memória elementar à

existência desses discursos, que assegura os sentidos impostos à homossexualidade, enunciada pelo viés da patologia, da exclusão e do silenciamento. Segundo Achard (2007, p. 17), a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação, retoma uma história e se reconstrói na cena enunciativa em que emerge. É a memória que reatualiza as imagens e os sentidos que dão visibilidade aos discursos, entre permissões e interdições que embasam sua “enunciabilidade”.

Afora, por se entender que os questionamentos valem mais que as certezas, especialmente no que tange à conduta dos sujeitos em sociedade, pode-se dizer que, presentemente, os homossexuais são vistos no contexto escolar como sujeitos normais? Embora carregados de estigmas e estereótipos, alguns conseguem se sentir nessa condição? A pergunta que aparece na revista aqui analisada – *Como lidar com um aluno que se veste assim?* – tem respostas?

Considerações finais

O enunciado da capa analisada constituiu o objeto desta reflexão por materializar uma prática social silenciada por muito tempo no campo do discurso pedagógico-educacional. Ele se legitima também pela quantidade de tiragem da revista e de acessos à reportagem pela mídia digital.⁶ Os números expõem a relevância de se discutir esse tema no âmbito escolar. Segundo o próprio *site*, ela teve repercussão recorde. O enunciado da capa remete a uma materialidade revestida de memória, o tema das identidades de gênero é retomado e assinala uma discussão, em seu esteio, sobre a homoafetividade.

Anteriormente, a designação de homossexual concernia a pessoas que traduziam tal palavra em sua imagem, em seu trejeito,

⁶ Cf. “Capa de NOVA ESCOLA sobre gênero tem repercussão recorde”. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1451/capa-de-nova-escola-sobre-genero-tem-repercussao-recorde>. Acesso em: 2 ago. 2019.

em seu corpo. Pelo seu potencial simbólico, tal palavra ainda carrega uma função que se repete e, por se repetir, torna regular também seus efeitos de sentido na atualidade. De acordo com Possenti (2004), o sentido decorre das enunciações que determinam os sentidos do que se diz e pode ser compreendido como um efeito, em diversas instâncias e por diversas formas, mas sempre como efeito, nunca como uma entidade “prévia”, ou anterior, dada a conhecer pela língua. A língua é o aspecto material de um discurso (o que produz o risco de conceber o sentido como não sendo material) (POSSENTI, 2004, p. 362). A capa materializa uma regularidade desses efeitos de sentido que, de certo modo, perpetuam uma memória sobre o que é ser *gay* e o que é ser heterossexual.

Louro (2001, p. 21) assegura que não se pretende atribuir à escola nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. Partilha-se aqui deste entendimento, contudo reconhece-se que as proposições da escola têm “efeitos de verdade” e constituem parte significativa das histórias pessoais. Refletir sobre sexualidade é ir além da aparência comportamental dos sujeitos escolares, portanto, não é uma simples discussão que a escola deve realizar, mas uma tomada de posição que a isente do olhar discriminatório, enquanto lugar de respeito às diferenças e espaço de aceitação e formação de cidadãos.

Referências

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da memória*. Trad. de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. de Paulo Bezerra.

4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Trad. de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 9. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

BEZERRA, Flávia. Ele, ela, eu. *Glamour*, n. 64, São Paulo, jul. 2017, p. 46-51, Edições Globo Condé Nast, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France*. Trad. de Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2010.

FREUD, Sigmund. As consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro: Imago, 1976. v.19.

LIMA, Fernanda Fernandes P. A. *(Re)significações da mulher política na mídia: memória, corpo, territorialidade*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. dos artigos de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. (2008). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAAn%20ero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 2 jul. 2019.

SILVA, Tomás Tade (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. *In*: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges (org.). *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Recebido em: 22/3/2021
Aprovado em: 30/6/2021